

AUTISMO E SEGREGAÇÃO

Luciano Elia

Psicanalista, membro do Laço Analítico Escola de Psicanálise, professor titular da área de Psicanálise e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise do Instituto de Psicologia da UERJ, ex-supervisor, por 13 anos, do CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil) Pequeno Hans, no qual foi criado o Dispositivo Psicanalítico Ampliado para o tratamento psicanalítico de autistas em unidade pública de saúde mental), pesquisador há 14 anos nesse campo de pesquisa pelo Programa Prociência - Faperj-Uerj). E-mail: lucianoelia@uol.com.br

Resumo: Neste artigo, o autor parte de um paralelo entre as respectivas posições da histeria e do autismo em face da psicanálise e do psicanalista, representando, cada um a seu modo e a seu tempo, lugares que guardam uma homologia entre si como pontos de real, qualificáveis como impasses, mas que na verdade fazem a psicanálise avançar. Prossegue com uma discussão sobre as relações da psicanálise com a ciência, evidenciando a distinção entre a ciência clássica e o que na contemporaneidade se apresenta como ciência – sobretudo na esfera de uma *medicina do comportamento* – para concluir com a tese de que a psicanálise é o discurso que sustenta, com maior efetividade, o enfrentamento dos quadros de autismo na direção contrária à da segregação, na medida em que mantém o lugar do sujeito em sua práxis (discurso teórico e prática clínica) com autistas.

Palavras-chave: histeria; autismo; psicanálise, segregação.

Abstract: In this article, the author starts from a parallel between the respective positions of hysteria and autism before psychoanalysis and the psychoanalyst, representing, each in its way and at its time, places holding an homology to each other as points of the real, which might be classified as impasses, but that, in fact, lead psychoanalysis to evolve. He goes on with a discussion on the relations of psychoanalysis to science, highlighting the distinction between classic science and what in contemporary times is pointed out as science – above all in the sphere of a *behavioral medicine* – in order to conclude with the thesis that psychoanalysis is the discourse that supports, with greater effectiveness, the coping with autistic conditions in the opposite direction to that of segregation, insofar as it keeps the place of the subject in its praxis (theoretical discourse and clinical practice) along with autistic people.

Keywords: hysteria; autism; psychoanalysis; segregation.

Autismo e histeria: dois momentos da história

O autismo parece estar destinado a cumprir uma função extremamente importante no mundo. Ao afirmar isso, a escrita da frase impôs-se a mim como devendo terminar em *mundo*, sem predicados tais como: mundo científico, mundo psicanalítico, mundo da saúde mental, entre outros, mas simplesmente *no mundo*. Isso porque a importância que o autismo parece estar destinado a ter no mundo atravessa algumas dimensões desse mundo, não cabendo em uma só.

Podemos, sem grande risco de impropriedade ou exagero, dizer que o autismo está para a contemporaneidade em posição *homóloga* (note-se que eu não disse *análoga*, o que pressuporia *sinonímias*, correlações de ordem imaginária, mas *homóloga*, relação em que os pontos de correspondência se limitam às linhas de uma arquitetura simbólica da *homonímia*) àquela que a histeria ocupou há exatos cem anos atrás, momento histórico de fundação da psicanálise, na qual ela teve função protagonista.

Há, no autismo, como houve na histeria, um enigma instigante que convoca o psicanalista a dar uma resposta, tanto clínica quanto teórica, uma resposta que se formule em ato. A histeria desafiava a ciência de sua época, e o autismo desafia a ciência de hoje. E aqui se apresenta uma outra ordem de diferença que compõe o quadro da homologia que propomos existir entre os dois cenários: a ciência com a que a histeria se defrontava e a ciência com a qual o autismo se confronta hoje. E é também curioso observar que as relações travadas em cada um desses dois momentos são, elas próprias, muito diversas entre si, comportando até mesmo uma certa dimensão de franca oposição: enquanto que a histeria desafiava a ciência de sua época, rebelava-se contra ela, apontando sua impotência em tratá-la, o que exigiu de Freud o esforço suplementar de se inventar como psicanalista, superando a ciência e indo além de sua condição inequívoca de um cientista de mão cheia, a “ciência” de hoje tenta enquadrar o autismo, adestrá-lo, reduzi-lo, eliminar sua particularidade positiva. Notar-se-á que, no conjunto de diferenças, incluem-se as *aspas* entre as quais somos levados a colocar a palavra “ciência” quando referenciada a esta que hoje impera, e que se coloca como alteridade científica em relação ao autismo, seu “Outro-científico”. Na configuração do final do século XIX, em que a psicanálise veio a dar uma outra resposta aos impasses colocados pela histeria à ciência, esta não era uma pseudociência, não era impostora, mas seguia com rigor o método científico inventado por Galileu Galilei. O “Outro-científico” da histeria o era de fato.

Apesar da dominância do discurso pseudocientífico de hoje e sua tentativa de eliminar a positividade do autismo como uma posição subjetiva, a psicanálise está presente, robusta e decidida, no cenário atual da tomada do autismo em trabalho, como uma questão clínica, teórica marcada pela crucialidade. Dois polos se perfilam na linha de frente desse embate: a ciência que se apresenta hoje sob as espécies do que podemos denominar de *medicina do comportamento*, aliança da psicologia cognitivo-comportamental com a chamada medicina baseada em evidências e que se inspira no modelo neurocientífico para responder a todas as questões do comportamento humano, por um lado, e a psicanálise, *tout-court*, por outro. Há diferenças importantes entre essas duas posições que entretêm com a cientificidade relações igualmente diversas, e cujo exame se impõe, ainda que de forma sucinta, neste breve artigo.

Psicanálise e ciência

A psicanálise deriva da ciência clássica moderna, da física galileana e se ancora, ainda que para subvertê-la, na interpretação cartesiana dos passos fundacionais da ciência moderna dados por Galileu. Da psicanálise, não teremos antecedentes na psicologia nem nas chamadas ciências humanas e sociais engendradas como recortes epistemológicos no século XIX. Também ela, a psicanálise, foi engendrada nesse momento histórico, mas com linhagem genealógica totalmente diversa, e basta conhecer a formação prévia de Freud, e entendê-la como condição de emergência da psicanálise – como adverte Lacan (1966/1998) em *A ciência e a verdade*, para entender isso com toda a clareza. Isso significa que a psicanálise não recua diante de qualquer (entendido no sentido contingencial) objeto que se apresenta à ciência como um enigma por entender que o que a une à ciência rigorosa é o método, não o estatuto do objeto.

A psicologia comportamental, por sua vez, é uma adaptação da psicologia (ciência que já de saída se constitui como cindida entre duas vocações opostas, a de ciência natural e a de ciência humana, no final do século XIX) ao que, do que se lhe apresenta como método científico, constitui o nível menos elaborado, ou seja, a vertente empírico-indutiva e positivista desse método. A psicologia comportamental não se ordenará, assim, na vertente hipotético-dedutiva do método científico, tal como formulado por Galileu, nem tomará em conta qualquer forma de racionalismo aplicado, eixos que estruturam a espinha dorsal da ciência moderna.

Entretanto, na contemporaneidade, o que a autodenominada “comunidade científica internacional” (sem que nada de fora dela lastreie esse pretensioso título) vem convencionando como padrão de cientificidade é o que, em termos metodológicos, constitui a face mais degradada da ciência. Injunções políticas, que podem ser formuladas em termos da aliança do capitalismo com a ciência, determinam essa conjuntura, e poderosos fatores econômicos igualmente a condicionam. Não vamos, entretanto, penetrar na discussão dessa importantíssima questão, que deve ser incansavelmente retomada – porém em outros espaços – pelos psicanalistas e epistemólogos contemporâneos.¹

Para a psicologia comportamental, qualquer investigação ou tratamento de fenômenos como o autismo implicará a sua redução a padrões comportamentais em interação com fatores biológicos, ainda que estes permaneçam na mais completa e vaga imprecisão. Por não distinguir adequadamente objeto e método, a psicologia comportamental se vê na injunção de degradar o objeto para manter o seu método que, para ser tido como “científico”, deve “objetivar” o sujeito e reduzi-lo a repertórios comportamentais manipuláveis por modelagem experimental.

Para Freud, nada parecia mais razoável ao espírito científico do que enfrentar trevas a fim de lhes levar as luzes da razão. Ele pensava, corretamente, inclusive, que essa seria a tarefa por excelência de toda ciência. Portanto, desde que se seguissem as estritas regras da lógica da investigação científica, uma paralisia motora que contrariasse leis neuro-orgânicas que regiam as paralisias funcionais, deveria ser imediatamente qualificada de *paralisia histérica*, novo território conquistado pela ciência rigorosa. (Se, mais adiante, ele compreendeu penosa, porém frutiferamente, que a histeria exigiria mais do que a ciência como resposta, e inventou a psicanálise através da transferência – que não cabe na lógica da ciência, isso não invalida a via estritamente científica pela qual ele chegou ao impasse que o levou a esgarçar o tecido científico – aliás, é só por estar nele até o mais extremo confim que ele pôde esgarçá-lo, e não por ter partido de outra malha – filosofia, arte ou religião, como alguns psicanalistas festivamente alegam-se em alardear).

Lacan, em outro tempo e estilo, afirmará que nada é mais objetivável do que uma posição subjetiva (1963-1964), demonstrando o quanto esta categoria – posição

1 Mais adiante tanto a questão da *cópula* entre a ciência contemporânea e o capitalismo quanto a correlata greve prolongada que já atinge há quatro décadas os epistemólogos contemporâneos será retomada.

subjetiva – deve ser afirmada pelos psicanalistas em sua prática e em seu debate com a ciência. Pois bem, o autismo é uma posição subjetiva, no estrito sentido lacaniano de algo perfeitamente objetivável, sem, contudo, descartar o sujeito implicado nessa posição, posto que a posição objetivável é justamente uma posição *subjetiva*. Para contraporar a posição do sujeito evocando a do objeto em psicanálise, recorreremos a outra afirmação de Lacan, dessa vez sobre o objeto *a*: “o objeto *a* é o fundamento não-objetivável de toda e qualquer objetividade possível” (Lacan, 1963-64/2005, p. 119).

Na psicanálise, pelo menos no eixo que se traça entre Freud e Lacan, dissolve-se toda dicotomia metodológica entre objetividade e subjetividade, e as duas referências acima revelam de forma bastante clara isso. Essa dicotomia é própria dos impasses das ciências que, humanas por seu objeto, pretendem mimetizar as ciências naturais por seu método, o que acaba por naturalizar seu objeto, ou antes, começa por fazer isso, como é o caso da psicologia. Por falta de condições metodológicas de proceder a uma clara distinção operacional entre método e objeto, consideram que, para atingirem o patamar da cientificidade metodológica, só lhes resta a redução de seu objeto à condição natural. O sujeito (categoria que usamos aqui como um mero termo para designar o agente humano sobre o qual atuam as práticas pretensamente científicas que são subsumidas pela medicina do comportamento – psicologia cognitivo-comportamental, psiquiatria organicista, neurociências do comportamento, etc., mas que evidentemente nelas não existe na condição de sujeito) reduz-se, nessas práticas que se querem científicas, a um sistema natural – biológico ou mecânico.

Entretanto, a cientificidade não subsiste a esse reducionismo. A ciência consistente e rigorosa não degrada seu objeto para operar sobre ele, pelo contrário, considera sua complexidade e impõe a si mesma operações cuja complexidade, por sua vez, deve estar à altura dos objetos que decide enfrentar. Por isso afirmamos, acima, que Freud jamais se perturbou com o caráter absolutamente enigmático do sintoma histérico como razão para recuar, e o enfrentou com o método mais rigorosamente científico – o hipotético – dedutivo, inventado junto com a invenção da própria ciência moderna por Galileu,² até que as incidências do real da neurose e do sujeito demonstrassem a ele que a ciência – mesmo a mais rigorosa – não poderia responder por esse real,

2 E aqui não podemos deixar de evocar e reverenciar a um grande mestre de primeira hora em nossa formação, o Dr. Carlos Paes de Barros, que, nos primeiros anos do nosso curso de graduação na PUC-Rio, quando minha idade ainda se contava com o numeral “1” na dezena, já demonstrava com a clareza cristalina dos geômetras que Freud era um galileano.

exigindo um passo a mais. Para Freud, o objeto poderia ser uma paralisia enigmática da perna, um corpo celeste, os sonhos, a telepatia, a estrutura molecular, as parapraxias ou os delírios. Podemos inserir nessa lista o autismo. A unidade da ciência era assegurada pelo método, não pelo aprisionamento miserável do objeto a uma só categoria de realidade – como um cérebro ou um repertório comportamental.

Freud estava diante de um outro impasse que não o de objetivismo X subjetivismo, ou mecanicismo X humanismo. Sem ceder um milímetro a qualquer humanismo (ele sempre preferiu a palavra à pessoa humana, que considerava pouco confiável), Freud se encontrava diante de um impasse que poderia ser formulada pelo seguinte monólogo que aqui lhe atribuímos: “como vou fazer para adentrar esse campo de fenômenos tão complexos (referia-se à histeria, por exemplo) que me convoca, exige algo de mim para além da aplicação meramente científica de um método formal, sem entrar com minha pessoa, já que, como minha formação de cientista, não admito a pessoalidade na operação científica? O que de meu devo dar, para além da formalidade do método? Será meu... meu... meu o quê?” E finalmente uma palavra lhe ocorreu: “Sim, claro! É isso: meu ATO, ato que se fundamentará em uma posição bem diferente daquela do meu analisante, que é um sujeito do inconsciente (posição que não é a minha), mas que tampouco é uma pessoa, e sim um... um... um o quê? Um demônio, e “não temos o direito de, mediante astutos encantamentos, convocar [esse] demônio do fundo dos infernos para que, quando ele aparece, mandá-lo de volta sem sequer lhe fazer uma só pergunta”³. E essa pergunta, a ser feita ao demônio, é aquela que Lacan, tomando-a de um conto do italiano Jacques Cazotte, mas inspirada mesmo no escrito de Freud, formulou nos termos *Che vuoi?* pergunta diabólica do desejo.

De um lado, analista e seu ato (e não “objetividade” infrutífera nesta operação). De outro, o demônio, e vamos combinar que nada é mais distinto de uma pessoa que o demônio, e a metáfora escolhida por Freud já revela, por si só, o radical anti-humanismo de Freud. Ato e demônio, eis o par analítico. Nenhuma pessoa, de nenhum dos dois lados, e nenhum sistema estúpido e inefável, dito “objetivo” ou “natural”, de lado nenhum.

3 Essa é uma verdadeira citação de Freud, e não o monólogo imaginário, composto por palavras nossas atribuídas a ele, do trecho imediatamente anterior (FREUD, 1915/1969, p. 213).

Autismo: ou psicanálise, ou segregação

Na seção anterior, afirmamos que a posição metodológica do paradigma atual da medicina do comportamento não sustenta sua pretensão de uma cientificidade verdadeiramente consistente. Seu sucesso político e social, incluindo a comunidade científica – mundo acadêmico-universitário, agências de fomento, comitês de avaliação de concessão de bolsas e subsídios, comitês editoriais de revistas científicas, comissões científicas de avaliação de comunicações em congressos e demais eventos, entre outras instâncias –, deve-se antes à sua associação com o capitalismo, que Lacan qualificou de cópula, do que a critérios epistemológicos. Aliás, a epistemologia está em profundo e prolongado silêncio, há cerca de trinta anos, e espero que seja um estado de coma ou hibernação do qual ela desperte, e não sua morte. O silêncio dos epistemólogos e a ausência de qualquer debate epistemológico mais aquecido, desde os anos 1970, são um índice preocupante de que a ciência anda fazendo o que bem entende, sem o exercício crítico de uma vigilância epistemológica que é indispensável à sua saúde. Excetuando Gaston Bachelard (1884-1962), de uma geração anterior e mestre dos demais, todos os grandes epistemólogos contemporâneos morreram na década de 1980 (Philippe Ariès, Michel Foucault e Jean-Paul Sartre) ou 1990 (Georges Canguilhem, Karl Popper, Thomas Khun), sem que uma nova geração os tenha sucedido. O brasileiro Carlos Henrique Escobar, nascido em São Paulo em 1933, nada publica sobre crítica da ciência desde os anos 1980, Slavoy Zizek, Alain Badiou, Butcher e outros pensadores têm uma obra evidentemente importante, mas não se ocupam exatamente da crítica epistemológica da ciência, mantendo-se antes no eixo de uma filosofia política. Ao que parece, o poderio do casamento ciência-capitalismo tem mantido muita gente boa de bico calado.

Não se pode discutir, portanto, o embate psicanálise x medicina do comportamento em face do autismo, hoje, sem estabelecer com muita clareza essas balizas diferenciais que este artigo pretendeu construir até este ponto, como pavimentação de uma via que nos conduz a dizer, precisamente, que não existe, nesse embate, um verdadeiro nivelamento metodológico e epistemológico. Temos uma prática rigorosa e derivada da ciência, de um lado a psicanálise e uma ideologia cientificista, mas não científica, de outro.

E um encaminhamento se impõe, que retoma a problemática da segregação articulada ao autismo – promessa formulada no título que até agora nosso texto dá a

impressão de que não será cumprida. Entregue às operações da ideologia cientificista da medicina do comportamento, lastreadas pelo poder incalculável dos lucros da indústria de psicofármacos, o autismo não conhecerá outro destino senão o da segregação travestida, como convém, da mais cínica aventura repleta de proezas no desenvolvimento de “competências sociais”, inclusão, benefícios sociais junto às políticas públicas de assistência (bolsas, auxílios, ganhos sociais os mais diversos, garantias de direitos) que não apenas mantêm intacta a posição do sujeito – como um não-sujeito, um objeto que se crê ativo e ativado pelo pragmatismo das conquistas no espaço de suas relações na pólis – como engendram incessante e performaticamente essa posição de objeto de manipulação social e política. Até “orgulho autista” já é significado como uma conquista no espaço da pólis, exaltação no campo do sujeito que sucumbe, sem volta, no mais irreversível exílio de sua condição de sujeito.

Ou a ciência se divorcia do capitalismo, ou não haverá outra saída. E a única inflexão possível nessa trajetória incoercível para o pior é a psicanálise, na medida em que ela “reintroduz o nome-do-pai na consideração científica”, o que, sem adentrar ao contexto específico em que essa afirmação é feita por Lacan, pode ser lido como a reintrodução do sujeito na cena da qual a ciência o mantém exilado.

No caso do autismo, isso parece fundamental. Em alguns debates de que temos participado,⁴ formulou-se a ideia de que o fato do autismo estar em tamanha evidência na contemporaneidade seria determinado pelos eixos constitutivos dessa mesma contemporaneidade em seu afã de produzir um “organismo sem sujeito”, cujo protótipo seria o autista. Sim, podemos concordar com esse ponto de vista, mas só parcialmente: esses eixos, com efeito, visam a produzir organismos sem sujeito, e tentam de todo modo encarnar esse projeto no autista. Mas não podemos, na crítica a esse movimento, reiterá-lo, reafirmando justamente o que pretendemos combater: que o autista seja um organismo sem sujeito.

Não é, e é o autista mesmo que não cessa de contrariar esse projeto. Recalcitrante, ele recusa adaptações, retorna incurável, rebelde aos adestramentos comportamentais,

4 Cito nomeadamente o rico debate que se sucedeu a uma Conferência por mim proferida na Associação Psicanalítica de Curitiba (APC), a convite dessa Associação, em 10 de agosto de 2013, no qual essa ideia foi formulada por um dos presentes e discutida.

desagrega o projeto terapêutico que se lhe quer enfiar, tal a gororoba de que fala Lacan a respeito da demanda que recebe, goela abaixo, a resposta massacrante de que ela não passava de uma mera necessidade (LACAN, 1958/1998, p. 634).

Se entendemos segregação como um ato fundado no real do próximo que não permite que este se constitua, no plano do imaginário, como um semelhante, ou como um ato fundado no real que se prolonga em um imaginário de pura violência e ódio, veremos com clareza que é esse o resultado do ato de estabelecer com os autistas uma relação reducionista, que os elimina da condição de um possível sujeito adveniente.

Contrariamente a isso, a psicanálise não cessa de criar dispositivos clínicos específicos (mas jamais *especializados*, o que é, no caso, quase o oposto de *específicos*, pois que todo especialismo ou especialidade em psicanálise contraria a lógica contingencial do sujeito do inconsciente) na clínica com autistas, e na maioria das vezes esses dispositivos apresentam uma estrutura coletiva (mas jamais *grupal*, o que é, no caso, quase o oposto mais radical de *coletiva*, pois que o inconsciente é transindividual, tem a estrutura de um conjunto não-totalizável de traços, e o grupo é a consolidação maior da unidade totalitária chamada de indivíduo) e – mais uma dimensão essencial – revelam-se particularmente aplicáveis, posto que, inclusive, deles se originaram, ao campo público.

Na direção de trabalho indicada pela psicanálise, o autismo deve ser tomado como uma posição do sujeito, na acepção lacaniana dessa expressão, que mencionamos anteriormente neste artigo, irredutível, não passível de cura em sentido médico-psicológico (porquanto distinta de uma doença no mesmo sentido), que por isso não se trata de pretender *incluir* no laço social de forma plena ou integral: toda inclusão total visa a aplainar as arestas da diferença irredutível, tornar o sujeito idêntico ao Outro.

Aqui se inscreve a categoria de desinserção, com a qual a psicanálise trabalha. Partindo do fato, de estrutura, de que o sujeito se constitui sempre em parcial condição de desinserção, a psicanálise não pretenderá apagar nem eliminar isso em sua experiência, a clínica. A questão então poderia ser formulada: que modalidade de desinserção poderia ser visada e atingida em uma clínica psicanalítica (em dispositivo ampliado, coletivo, público ou não) com autistas? Que forma de laço social possível, ou suportável, para o sujeito autista e os demais, faria objeção à segregação, sem com isso dissolver (isso, de todo modo, é impossível, mas a impossibilidade jamais foi condição suficiente para que um projeto não se mantenha tentando o impossível) a particularidade “incurável” do autista?

Ou tomamos a direção que a psicanálise indica – única forma que respeita a ciência e, diferentemente dela, tem as condições discursivas de colocar o sujeito em cena – ou não teremos outro destino e outro futuro senão o de incluir o autista não no laço social, mas na incontável lista dos segregados pelo que nos habituamos a chamar de civilização.

Referências

- FREUD, S (1915). Observações sobre o amor transferencial. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, Vol. XII.
- LACAN, J. (1958). A Direção da cura e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1963-64). *O Seminário: Livro XI - Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Lições XVII - *Afânise*, de 3/6/64 e XIX - *Da interpretação à transferência*, de 17/6/64. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. (1963-64). *O Seminário, Livro X - A Angústia*. Lição - *A causa do desejo*, de 16/01/63. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. (1966) "A ciência e a verdade". In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Recebido em 14/8/2013; Aprovado em 10/9/2013.